

Territorialidade de agrupamentos familiares envolvendo portugueses na Freguesia do Seridó (1788-1811)¹

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Doutorando em História – PPGH-UFPE

Bolsista CAPES

Objetivamos, com o trabalho, reconstruir a territorialidade de agrupamentos familiares de origem lusitana na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, que era formada por ribeiras das Capitanias do Rio Grande e Paraíba, ocupadas pela pecuária desde o final do século XVII, no contexto da ocidentalização. Parte de uma revisão da literatura regional que se dedicou à pesquisa dos troncos genealógicos do Seridó e toma como fonte prioritária os registros de batizados, casamentos e enterros da freguesia, no período de 1788 a 1811, tomado como amostra. Tais registros foram perscrutados no sentido de se identificar (ou não) a preponderância de famílias com elementos reinóis na Freguesia do Seridó. Os dados analisados apontam para uma presença reduzida de portugueses na constituição das famílias da Freguesia do Seridó no recorte em análise, que eram originários, em sua maioria, de freguesias do norte de Portugal, das ilhas atlânticas e de Lisboa. Essa última, segundo Charles Boxer, configurou-se como o espaço de proveio, durante todo o período colonial, a maioria dos emigrantes lusitanos – 2.400 pessoas por ano, sendo prioritariamente homens válidos, jovens e solteiros – para o Novo Mundo, embarcados voluntariamente ou, às vezes, forçados. As duas outras regiões – a nortenha e a insular –, por sua vez, emergiam como áreas de alta taxa de emigração, como anteriormente assinalado. Os portugueses radicados no Seridó, pois, desenraizados de sua terra-mãe, reconstruíram seu mundo no além-mar, em uma freguesia situada na aridez do sertão do Rio Grande do Norte, cenário onde conviveram com índios remanescentes das guerras de conquista, pretos e pardos (forros e escravos) e mestiços, sendo partícipes da vida política, social e religiosa da região.

Palavras Chaves: Freguesia do Seridó, territorialidade, famílias com elementos portugueses

INTRODUÇÃO

Na passagem do século XV para o seguinte, segundo Serge Gruzinski, na medida em que a cultura ocidental se alastrava por outras partes do globo – sobretudo na América – e destruía territórios nativos, em cima de seus escombros fundava novas territorialidades, semelhantes, em tese, às deixadas no Velho Mundo. Mortes, fugas e escravização são alguns dos acontecimentos que caracterizaram esse processo, o da ocidentalização na América, notadamente o encobrimento dos povos autóctones – que habitavam nesse continente há milênios – sob a cultura do conquistador. Encobrimento que se manifestou através da violência expressa, da exploração do trabalho indígena, das guerras de conquista, da aculturação², de grandes fomes, de hecatombes e de fugas para novas regiões³. E, também, da imposição de quadros e modos de vida da Europa Ocidental, sobretudo da Península Ibérica, elaborados durante os séculos precedentes à conquista⁴.

Estabelecidos na América, os europeus dedicaram-se com afinco na árdua tarefa de edificar réplicas da sociedade que haviam deixado do outro lado do Atlântico.

Desejavam transmigrar o mundo ibérico, com suas instituições e imaginários, como se fossem duplicar o Velho Mundo dos lusos e dos castelhanos – cuja centralização política precoce favoreceu ambos os reinos a lançarem-se aos mares – nas terras “descobertas” após 1492⁵. A ocidentalização corresponde, portanto, ao movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colônias dos impérios ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. Esse movimento⁶, levado à frente por castelhanos e portugueses, produz situações de choque e relações de poder entre os recém-chegados (os europeus) e os que se encontravam na terra firme (os nativos). Segue mais ou menos o mesmo padrão – o da imposição da cultura ocidental sobre os modos de vida e as cosmogonias nativas –, porém, cria especificidades dependendo da porção do continente que estava sendo ocupada, determinada pela linha de Tordesilhas, bem como do tipo de sociedade que habitava nessas terras.

Nos domínios lusitanos de além-mar diversas formas de resistência⁷ estiveram presentes, desde os momentos posteriores à chegada dos europeus. Na Capitania do Rio Grande a cada passo dado pelos conquistadores revelavam-se reações adversas e, por vezes, de passividade e acomodação por parte dos nativos. Compreendemos melhor esse esquema explicativo se encararmos a ocidentalização enquanto um processo gradativo, cujos resultados dependem do maior ou menor grau de aceitação ou incorporação, pelos indígenas, da ideia de coexistência com um território colonial construído sobre seus antigos habitats. Ainda mais, como um processo historicamente marcado por tentativas de natureza diversa com o objetivo essencial de integrar os espaços situados na porção norte da colônia portuguesa na América – como a donataria do Rio Grande – à ordem ocidental⁸. Não compartilhamos da ideia, todavia, de que a ocidentalização tenha transmigrado os valores da cultura ocidental – e bem assim, suas instituições – de maneira incólume para o Novo Mundo. Mas, sim, que o Ocidente foi construído, nas terras situadas no ultramar, através de mestiçagens provenientes de um dado momento histórico de encontros interculturais entre povos de quatro partes do mundo, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A ocidentalização, pois, não se dá momentaneamente. A difusão da cultura ocidental se faz *pari passu* às variegadas frentes de expansão que são dedilhadas pela Coroa portuguesa no solo da Capitania do Rio Grande. Frentes que equivalem a correntes de povoamento, onde a cruz e a espada andaram juntas no sentido de implementarem um novo mundo nos trópicos: desde o litoral, com a constituição de uma economia voltada prioritariamente para a atividade açucareira, até o sertão, que se vê inundado, no período pós-expulsão dos holandeses, por milhares de cabeças de gado em

suas ribeiras, visando o abastecimento do mercado interno. A observação de diferentes acontecimentos ligados ao alargamento das fronteiras coloniais, através da historiografia clássica potiguar⁹, permite-nos distinguir três momentos bastante nítidos do processo de ocidentalização na Capitania do Rio Grande. Correspondendo, grosso modo, aos três primeiros séculos de colonização, esses momentos históricos podem ser definidos como o de prospecções (século XVI), o de experimentos (século XVII) e o de consolidação do Ocidente nos trópicos (século XVIII).

Neste texto estabelecemos uma trajetória até esta última fase da ocidentalização, que culmina no sertão da Capitania do Rio Grande, onde diferentes instâncias administrativas foram sendo construídas pela metrópole no solo percorrido pelo gado, na tentativa de se consolidar cada vez mais a ocupação e o povoamento colonial. Uma dessas instâncias, de cunho eclesiástico, foi a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (doravante, Freguesia do Seridó), criada em 1748 com o objetivo de cuidar da espiritualidade do aprisco localizado nas ribeiras da porção centro-meridional da capitania. Escolhemos a freguesia como o recorte espacial desse estudo por se tratar da “primeira delimitação do espaço que viria a ser conhecido como Seridó”, não mais representado apenas pelo curso d’água homônimo, mas, por “uma malha de rios: Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas. Estende-se seu espaço de abrangência, um território que deveria acomodar um domínio institucional, um *locus* esquadrihado para que o poder se exerça”¹⁰.

Objetivamos, especificamente, reconstruir a territorialidade de agrupamentos familiares de origem lusitana que surgiram na Freguesia do Seridó, na tentativa de verificar se, como afirmou a historiografia regional, a composição das famílias era predominantemente marcada por elementos de origem portuguesa. Num primeiro momento empreendemos uma discussão historiográfica acerca da relação entre família e genealogia em algumas obras consideradas basilares para o entendimento da história e da cultura do Seridó, onde percebemos uma primazia dada à presença lusitana no processo de colonização das áreas sertanejas. Posteriormente, a partir de pistas apontadas por estudos da historiografia regional e tomando como base uma amostra das fontes paroquiais da freguesia, discutimos a origem de colonos luso-brasílicos nas famílias instaladas nesse recorte do sertão da Capitania do Rio Grande no período de 1788 a 1811.

PREEMINÊNCIA PORTUGUESA: ENFOQUES DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL

O ponto de partida dessa discussão é a *historiografia regional*¹¹ produzida por pesquisadores e eruditos da região do Seridó – ou que se debruçaram sobre seu passado –, cujas obras nos legaram, de maneira geral, uma imagem de que as principais famílias da freguesia tinham, predominantemente, componentes de origem portuguesa em sua estrutura. Uma tradição que é freqüente entre esses estudos é a de traçar um elo entre as famílias que povoaram as ribeiras do sertão do Rio Grande e os seus descendentes – incluindo os autores –, fazendo alusões às “estirpes” que colonizaram a freguesia. Alguns desses trabalhos assemelham-se a tratados de genealogia, relatando as descendências de “patriarcas” com numerosa prole, estabelecendo as conexões entre as famílias, sua dispersão e, em alguns casos, sua representatividade na vida política da região.

A primeira obra a considerar, em observância ao critério cronológico, é *Homens de outrora*, de Manoel Dantas. Embora publicado em 1941, reúne estudos isolados feitos pelo jurista e jornalista seridoense que chegou a exercer o cargo de chefe do Poder Executivo de Natal, voltados para a recuperação da memória do Seridó e de fatos ligados aos principais homens lembrados pela tradição. O primeiro capítulo – que, homônimo, também denomina o livro – foi escrito em 1898, no qual o autor, ao cultuar a “memória dos antepassados”¹², reconstitui narrativas orais ouvidas enquanto criança sobre homens importantes dentre os “tipos primitivos dos povoadores”¹³ do Seridó.

Uma dessas narrativas menciona a presença de um casal de portugueses, João Maria Vale e sua esposa, que aportaram na costa de Natal dentro de embarcação de um pirata mourisco, como prisioneiros, nos primeiros anos do século XIX. O resgate desse casal foi conseguido através de uma subscrição ofertada pelos moradores da Cidade do Natal, após o que teria sido levado pelo padre Francisco de Brito Guerra, vigário da freguesia, para o Caicó, onde deixaram descendência. João Maria Vale exerceu, aí, o cargo de tabelião do cartório por muitos anos, além de ter sido piloto demarcador de terras em praticamente todo o sertão do Rio Grande do Norte. Embora se trate de uma referência cronologicamente situada muito além da década apontada por Olavo de Medeiros Filho como sendo a de início efetivo do povoamento colonial no Seridó (1720), é a primeira menção na historiografia regional à presença de elementos lusos dentre as famílias que deixaram progênie na região. As outras narrativas colhidas por Manoel Dantas e registradas em seu *Homens de Outrora*, todavia, tendem a enfatizar a importância de sacerdotes e patriarcas luso-brasílicos para a história da região, em detrimento de outros grupos sociais¹⁴.

O extremo realce sobre os elementos brancos enquanto predominantes na constituição dos grupos familiares que povoaram o Seridó encontramos em *Famílias Seridoenses* (1940), de José Augusto, considerado o primeiro estudo genealógico propriamente dito sobre a região a ser publicado. Homem ligado à política e à educação, José Augusto deslinda, em seu texto, os “truncos genealógicos” das famílias que povoaram o Seridó: Araújo Pereira, Dantas Corrêa, Azevêdo Maia, Batista, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes e Fernandes Pimenta, destinando capítulos específicos para esmiuçar as suas origens. Baseado em pesquisa documental, o autor levanta uma hipótese, “a acreditar na tradição [oral]”: a de que José Dantas Corrêa (pai do “patriarca” Caetano Dantas Corrêa), Tomaz de Araújo Pereira (“patriarca” da família de mesmo nome, considerada, pelo autor, a que mais estendeu ramos pela região) e os irmãos Rodrigo e Sebastião de Medeiros eram portugueses que teriam vindo para a colônia e, no caso dos três últimos, se enraizado no sertão¹⁵.

Observando o conjunto dos capítulos de *Famílias Seridoenses*, fica-nos a impressão de que todas as famílias da região correspondem aos truncos genealógicos ali apresentados, dado o recorte a que a obra se propõe a abranger – o Seridó. Impressão que corrobora o pensamento de Olívia Moraes de Medeiros Neta, quando afirma, partindo da análise da obra de José Augusto, que seus escritos, ao proporem uma interpretação do Seridó, conectam família e espaço¹⁶. Vejamos fragmento de um outro texto do autor, publicado em 1961, em que esse pensamento emerge:

TOMAS DE ARAÚJO PEREIRA, CAETANO DANTAS CORREIA, RODRIGO DE MEDEIROS, CIPRIANO LOPES GALVÃO, todos os povoadores iniciais do Seridó, truncos das tradicionais famílias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos¹⁷.

Essa conexão entre as genealogias que se formaram no Seridó e o território por elas ocupado também se torna perceptível nas crônicas escritas por José Adelino Dantas nos anos de 1950, que foram reunidos no livro *Homens e Fatos do Seridó Antigo* (1962). O autor, que foi bispo da Diocese de Caicó, empreendeu pesquisa documental em vários arquivos do Seridó e do Nordeste, na busca por explorar determinados aspectos dos *homens* e dos *fatos* que marcaram o processo histórico da região.

Embora o objetivo de José Adelino Dantas não fosse o de escrever sobre genealogia, as suas crônicas abordam o papel das famílias “tradicionais” enquanto repositórios de tradições (os “patriarcas” Tomaz de Araújo Pereira – o 2º – e Caetano Dantas Corrêa são titulares de capítulos específicos do livro), bem como fazem sobressair

o papel dos colonos luso-brasílicos na história (sobretudo, religiosa) da região. Diferentemente de José Augusto, todavia, os textos de José Adelino Dantas mencionam grupos sociais de diversas naturezas, a julgar pela diversidade de fontes que utilizou em suas pesquisas. Na crônica que abre o livro, por exemplo, ao demonstrar a validade do uso dos livros de assentos paroquiais para pesquisa, cita os registros de enterros que vão de 1788 a 1857, afirmando que neles estão inscritos

duas mil e muitas criaturas, crianças, moços e velhos; sacerdotes, comandantes superiores, capitães-mores, patriarcas e matriarcas; brancos, pretos e índios; plantadores de currais, de fazendas, de matrizes, de capelas, de cidades, de vilas e de povoações, escravos e senhores, todo um cortêjo imobilizado pela morte, mas que a mão do padre escriba arrancou do esquecimento e fixou para perpetuidade¹⁸.

Um desses patriarcas era o coronel Caetano Dantas Corrêa (1710-1797), que José Adelino Dantas tomou por objeto de estudo anos depois, em grande parte devido ao fato de ser um de seus ancestrais. Em *O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia: um inventário revelando um homem* (1977), o autor parte de um documento post-mortem, o arrolamento e partilha dos bens do patriarca, para historicizar a sua origem, descendência, relação com as atividades econômicas e ainda as diversas tradições (pitorescas, diga-se de passagem) transmitidas pela oralidade em relação à pessoa do coronel. Cruzando fontes de diversas tipologias, José Adelino Dantas conseguiu estabelecer uma análise que poderíamos, guardadas as devidas exceções, chamar de *microhistórica*, com foco em um personagem da elite – que, curiosamente, era filho de pai português e mãe mameluca.

A maioria dos estudos que enfocaram *histórias locais* dos municípios do Seridó dotou de importância fazendeiros do século XVIII, de origem luso-brasílica, que deixaram descendentes na região, tornando-se, pois, na memória familiar, “patriarcas” de extensas árvores genealógicas. Um bom exemplo de estudos como esses é *Acari: fundação, história e desenvolvimento* (1974), de Jayme da Nóbrega Santa Rosa, químico industrial e amplo conhecedor do *modus vivendi* sertanejo. Ao tratar da historicidade político-administrativa do município de Acari, fez sobressair-se, nesse processo, os colonizadores de origem luso-brasílica, herdeiros de uma longa tradição que combinava a cultura e a organização; o espírito de aventura e de conquista; e a prática da ciência, das artes e dos ofícios, emanados, respectivamente, dos romanos, godos e árabes, sociedades que participaram da formação dos territórios da Península Ibérica¹⁹.

Tratando dos primeiros anos da ocupação do gado no interior do Rio Grande, após as guerras de conquista, o autor afirmou que do litoral vinham para os “campos livres do sertão os portugueses e descendentes próximos com a consciência de raça mais viva e o espírito de aventura construtiva mais forte”, sendo descendentes de famílias do Minho.²⁰ Pernambuco e Bahia constituíam-se enquanto centros de origens dos colonos já nascidos na América portuguesa que se irradiaram pelo sertão no período pós-expulsão dos holandeses, durante e após as Guerras dos Bárbaros. Jayme Santa Rosa anotou, dentre o que chamou de “novos povoadores” na Ribeira do Acauã, os procedentes de Pernambuco: Nicolau Mendes da Cruz, que estabeleceu a fazenda Saco dos Pereiras, depois vendida para o seu parente Manuel Esteves de Andrade, sargento-mor; Cipriano Lopes Galvão, casado com dona Adriana de Holanda de Vasconcelos, da fazenda Totoró; Antonio Pais de Bulhões, que estabeleceu-se com fazenda no rio São José. Provindo da Bahia, Antônio Garcia de Sá Barroso, do sítio Acari. Vindos do Reino, Tomaz de Araújo Pereira, da fazenda dos Picos de Baixo; Alexandre Rodrigues da Cruz, da fazenda Acauã Velha e Antonio de Azevêdo Maia, da fazenda Conceição. Procedente da Paraíba, Caetano Dantas Corrêa, da fazenda dos Picos de Cima. E, finalmente, sem procedência definida, Francisco Cardoso dos Santos, do Bico da Arara; Francisco Fernandes de Sousa, que requereu terras entre os rios Seridó e Coati, além de Cosme de Abreu Maciel, da fazenda Passaribu.

Essa mesma supervalorização dos elementos luso-brasílicos (em especial os de origem reinol) também pode ser encontrada na obra *Velhas Famílias do Seridó* (1981), de autoria de Olavo de Medeiros Filho, considerada a bíblia dos genealogistas seridoenses. Fruto de uma intensa pesquisa documental em acervos de diversas naturezas no Seridó e até mesmo fora do Rio Grande do Norte, o arcabouço do livro assemelha-se ao *Famílias Seridoenses* de José Augusto, por tratar da constituição genealógica dos habitantes da região usando-se de capítulos específicos para cada uma das famílias escolhidas para compor a obra. Esta se desdobra em onze capítulos, dos quais nove se referem a fazendeiros que moraram na Ribeira do Seridó ou de seus afluentes, cujas histórias e descendência vêm descritas no livro. Destes, sete eram de origem lusitana²¹ – a julgar pelas evidências documentais ou da tradição oral coletadas pelo autor – e dois eram já nascidos na colônia²².

Assim como no livro de José Augusto, *Velhas Famílias* nos passa a idéia de uma proeminência das famílias brancas (com componentes portugueses) na formação do território seridoense. Embora Olavo de Medeiros Filho, vez por outra, mencione a presença de índios e negros, esta é minimizada face ao desenrolar de extensas

genealogias – chegando a ultrapassar três gerações – onde os “patriarcas” são colonos de origem luso-brasílica, como já mencionamos no parágrafo anterior. Todavia, além da transcrição de inúmeros registros de batizado, casamento e enterro encartados nos verbetes dos descendentes dos “patriarcas” – relevante serviço para os historiadores que vieram *a posteriori* –, o autor forneceu duas chaves explicativas para a compreensão de aspectos relacionados à emigração luso-brasílica para o sertão da Capitania do Rio Grande do Norte.

A primeira está relacionada ao entendimento da superioridade desses colonos sobre outros grupos sociais, manifestada, especialmente, no que tange à formação de agrupamentos familiares, quando Olavo de Medeiros Filho assinalou que “Além de pessoas anteriormente radicadas nas capitanias do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, afluíram ao Seridó elementos advindos do reino, os quais se tornaram os fundadores de estirpes, que viriam a se constituir na elite social, econômica e política da região.”²³ Daí o fato de que a leitura e compreensão de *Velhas Famílias* como um todo nos passe a impressão de que, consultando a obra, estaremos tendo acesso ao espectro dos agrupamentos familiares que estiveram presentes na formação do território do Seridó.

A segunda chave explicativa tem haver com a região portuguesa que mais ofereceu migrantes para o povoamento do sertão do Rio Grande do Norte, que, segundo o autor, foi o norte de Portugal e os Açores, a considerar pela amostragem tomada dos livros de assento da Freguesia de Santa Ana, que organizamos na tabela abaixo:

Tabela 01

Procedência dos migrantes lusitanos que constituíram família ou tiveram descendentes no Seridó

Região	Freguesia ou Vila	Patriarcas
Açores	S. Pedro da Ribeira Seca, Ilha de S. Miguel	Rodrigo de Medeiros Rocha e Sebastião de Medeiros Mattos
	Ilha de S. Miguel (sem indicar freguesia)	José Inácio de Matos, José Tavares da Costa, Antonio Garcia de Sá e Manuel Pereira Bolcão
	Ilha de S. Jorge e matriz da mesma	Manuel Vieira do Espírito Santo
Minho (Braga*)	Barcelos	José Dantas Corrêa
	Vilar da Veiga	Joaquim Barbosa de Carvalho
	Viana do Castelo	Tomaz de Araújo Pereira
	Sem indicação	Antonio de Azevêdo Maia
Douro (Porto**)	Santo Tirso	Antonio da Silva e Souza
	S. Vicente de Loredó	José Ferreira dos Santos
	S. Mamede, Vila da Feira	Manoel Pereira de Freitas
	Santa Maria de Água Santa	Manoel e Rodrigo Gonçalves de Melo
	Vila do Faral	Antonio Fernandes Pimenta
Estremadura	Bispado de Leiria	Manuel Rodrigues da Silva
	Santa Maria de Lourdes do Patriarcado de Lisboa	Bartolomeu dos Santos
Trás-os-Montes	Torre de Moncorvo	Antonio da Rocha Gama

fonte: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*, p. 4.

* Arcebispado; ** Bispado

Nas obras até aqui apresentadas – de autoria de Manuel Dantas, José Augusto, José Adelino Dantas, Jayme Santa Rosa e Olavo de Medeiros Filho – constatamos, em algumas mais, em outras menos, o reforço da proeminência de famílias com componente português em sua constituição na qualidade de principais sustentáculos do processo de territorialização do espaço antes ocupado pelos nativos. Grupos sociais minoritários, como os índios, afro-descendentes, ciganos e cristãos-novos²⁴ portanto, aparecem com pouca freqüência nessa historiografia regional que produziu determinadas versões da constituição familiar da Freguesia do Seridó em que *outras histórias* foram, de certa maneira, eclipsadas por uma maneira *ocidentalizante* de produzir o conhecimento histórico. Uma feliz exceção é o livro *Os Álvares do Seridó e suas ramificações* (1999), de autoria de Sinval Costa, que empreende um estudo sobre a família Alves no Seridó, tratando-se de uma coletânea de informações genealógicas referentes à descendência do português Domingos Alves dos Santos.

Embora trate da história genealógica de um português radicado na Freguesia do Seridó, Sinval Costa demonstra os entrelaçamentos (inclusive, sem a bênção da Igreja Católica) entre os descendentes do “patriarca” e outros grupos sociais minoritários. Além disso, inclui em apêndice um riquíssimo conjunto de informações contendo dados sobre casamentos de outros portugueses, índios e negros²⁵ – coletados nos livros de assento da freguesia –, o que nos leva a inferir que o autor acredita na possibilidade de ter havido agrupamentos familiares de outra natureza na Ribeira do Seridó durante os tempos coloniais, envolvendo pessoas que não apenas os brancos e/ou descendentes de elementos vindos do Reino.

TERRITORIALIDADE LUSO-BRASÍLICA NOS AGRUPAMENTOS FAMILIARES

Essa *outra* possibilidade contida na obra de Sinval Costa nos inspirou a empreender uma busca no arquivo da antiga Freguesia do Seridó. Escolhemos os livros de assento de batizados, casamentos e enterros por se tratarem de documentos onde, certamente, a origem portuguesa dos colonos estaria patente. Pretendíamos examinar os registros contemporâneos à época da criação da freguesia (1748), mas, os livros que a Casa Paroquial São Joaquim dispõe apenas iniciam em 1788. Tomamos como amostra os livros mais antigos da freguesia: batizados, de 1803 a 1806; casamentos, de 1788 a 1809; enterros, de 1788 a 1811.

A análise que efetuamos tomou como base o instrumental metodológico da demografia histórica, sobretudo o método francês da reconstituição de famílias, que, sem

deixar de lado a contagem da população, anota a maior quantidade de dados possível dos assentos, de modo que haja condições posteriores de se remontar a estrutura e a dinâmica de uma ou mais famílias²⁶. Montamos fichas de catalogação dos livros, baseadas no modelo proposto por Fleury-Henry e adaptadas à realidade da Freguesia do Seridó, contendo como campos os dados que aparecem no assento. O preenchimento das fichas, a partir da leitura dos livros, nos permitiu analisar, com maior rapidez, a estrutura dos assentos e as histórias que eles nos permitem reconstituir. Ao todo foram 2.214 assentos lidos e fichados (698 de batizado, 538 de casamento e 978 de enterro). Antes de tecermos nossas considerações sobre eles, cabe admoestar que: 1) trata-se de uma análise por amostragem, ou seja, não pretende fornecer conclusões acerca da estrutura familiar que predominava no território da freguesia na longa duração, mas, atém-se apenas às datas-limite fornecidas pelos livros; 2) a análise dos assentos cobre o recorte temporal de 1788 a 1811, período, portanto, bastante afastado dos anos primeiros da formação de famílias no sertão do Rio Grande; 3) o foco da leitura dos registros incidiu sobre a população de origem portuguesa radicada na freguesia, bem como nos seus descendentes ou familiares relacionados.

A primeira constatação que chegamos, ao examinar os registros, diz respeito ao número de portugueses no território da freguesia. Em quase meio século de informação que os registros de paróquia nos proporcionam, encontramos, apenas, 20 portugueses habitando nas ribeiras da freguesia, sendo um deles solteiro e os demais casados, com família constituída. É evidente que os documentos paroquiais não constituem os únicos produzidos na Ribeira do Seridó e mesmo que tais informações são descontínuas, não representando os registros da presença portuguesa nas famílias sertanejas e, tão somente, *alguns* desses registros. Contudo, trata-se de um número muito pequeno de portugueses – se estivermos de acordo com a historiografia regional que comentamos no item anterior, a qual salientava a forte presença lusitana, quantitativa e qualitativa, na formação genealógica do Seridó. Esses 20 indivíduos eram todos do sexo masculino, confirmando a superioridade numérica dos homens em detrimento das mulheres no processo de emigração da metrópole para a colônia²⁷ – razão que fez muitos dos colonizadores, no início do século XVIII, a procurar companheiras em índias²⁸ e em mulheres já nascidas do outro lado do Atlântico.

Perscrutando o lugar de origem desses portugueses, verificamos que a maioria era procedente de freguesias do norte de Portugal: Porto (6), Braga (3), Leiria (2) e Trás-os-Montes (1). A região das ilhas atlânticas (São Miguel e São Jorge) vem em segundo lugar (4) no quesito origem dos fregueses radicados no sertão do Seridó. Três

colonos eram provenientes de Lisboa e um outro foi apenas identificado – no seu assento de enterro – como “natural de Portugal”, sem maior distinção do lugar de onde proveio. A primazia do norte português e das ilhas atlânticas como espaços de naturalidade dos colonos radicados no sertão já havia sido sentida por Olavo de Medeiros Filho, no estudo anteriormente comentado, no qual o autor se debruçou sobre as primeiras gerações de famílias construídas no solo da Ribeira do Seridó²⁹. Charles Boxer também apontou essas regiões – as ilhas atlânticas e duas das províncias nortenhas, Douro e Minho – como sendo de alta taxa de emigração, considerando que, por terem como características a tradição da pequena propriedade e da família extensa, costumeiramente liberavam mão-de-obra migrante em busca de novas oportunidades no além-mar³⁰.

O cotidiano dessas populações que se estabeleciam nos rincões da América portuguesa era permeado pela esfera da religiosidade. Assim como os sinos das capelas erguidas nos povoados mais longínquos ditavam os momentos de maior atenção à fé – missas, ofícios, batizados, por exemplo –, o tempo cristão preenchia a vida das pessoas integradas ao mundo colonial, desde o momento do nascimento até a morte. Tempo cercado de pequenos ritos que marcavam as etapas do evoluir dos indivíduos na sua vida privada: o batismo, o casamento e a morte³¹. Não bastava nascer para tornar-se aceito na sociedade colonial. Era necessário nascer para a Igreja, através da imposição dos santos óleos na cerimônia batismal³². Tratando sobre o tema, Sheila de Castro Faria afirmou que o batismo, no âmbito da Igreja, era o “momento mais expressivo em termos de significado ritual”, ultrapassando, na prática, o limite da religiosidade e “firmando-se como um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais, através do compadrio”³³.

Examinando o livro de assentos de batizados da Freguesia do Seridó que vai de 1803 a 1806, percebemos certa indefinição no que concerne à cor ou origem social dos catecúmenos, vez que cerca de 62% deles não tinham qualquer identificação. 38% dos batizados, por sua vez, foram distinguidos do restante da população por cor ou ainda pelo lugar social, figurando como brancos, negros (com diversas subdenominações), pardos e índios (ver Tabela 02). Esse painel demográfico, conquanto represente apenas o intervalo de quatro anos, denota o quanto o território da freguesia não era habitado somente por brancos, mas, por indivíduos com diferentes origens sociais – inclusive relacionando-se entre si³⁴. Devemos, todavia, ficar atentos para a massa de 425 indivíduos que simplesmente foram anotados no livro de assento sem qualquer distinção – apenas como fregueses de Santa Ana no momento do batizado –, sendo possível que dentre eles houvesse brancos, negros, pardos ou até mesmo índios.

Tabela 02
Batizados da Freguesia do Seridó por cor ou lugar social (1803-1806)

Sem indicação		Branco		Negros		Pardos		Índios	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
425	62,04	77	11,24	111	16,20	64	9,34	8	1,16

fonte: Livro de Batizados da Freguesia do Seridó, 1803-1806 (universo amostral: 685 registros)

Recuperamos, nesse livro de assentos, 14 registros de batizados de filhos e 1 de neto de portugueses, com ascendência reinol declarada, dentro dos quatro anos que cobrem a data-limite da fonte documental. Das oito meninas e sete meninos batizados, apenas três foram expressamente especificados como “brancos”, sendo uma do sexo feminino e dois do sexo masculino. Identificamos as origens dos padrinhos de 12 desses catecúmenos: seis foram apadrinhados por colonos já nascidos do outro lado do Atlântico e em seis casos os padrinhos das crianças eram portugueses, suas esposas ou filhos. Dado que nos permite inferir que havia uma espécie de rede de solidariedade firmada entre os colonos oriundos do Velho Mundo e enraizados no território sertanejo, possibilitada através dos laços do compadrio. Tal situação é bastante perceptível observando-se a trajetória do comandante Joaquim Barbosa de Carvalho, natural do Arcebispado de Braga e que casou em 1789 com Joana Maria da Conceição, filha do português Manuel Gonçalves de Melo, sargento-mor, já estabelecido com fazenda de criação de gado na Ribeira do Sabugi. Em 1803, no batizado de Francisca, filha de Joaquim Barbosa de Carvalho, foram padrinhos o cunhado Manuel Gonçalves de Melo (o 2º) e esposa, Madalena Maria Teixeira. Três anos depois, ao batizar a filha Joana, o comandante Joaquim Barbosa de Carvalho escolhera como padrinhos o capitão Tomaz de Araújo Pereira (neto de um homônimo, português) e dona Francisca Bernarda Sanches, solteira.

O capitão Tomaz de Araújo, pessoa de influência política na Ribeira do Seridó, apadrinhou outra criança em 1804, junto com Córdula Maria. Trata-se do párvulo Antonio, “branco”, filho do coronel Antonio da Silva Souza e de Teresa Maria da Rocha. Estabeleçamos as relações genealógicas e com o Reino, para que possamos compreender o contexto em que se deu o apadrinhamento. Antonio da Silva Souza, que foi o primeiro Presidente do Senado da Câmara da Vila Nova do Príncipe (1788), era natural da Freguesia de Santo Tirso, Bispado do Porto, sendo filho de João da Silva Jaques e Margarida Dias Fernandes. Teresa Maria da Rocha, esposa do coronel, era irmã de Córdula Maria (madrinha do pequeno Antonio), ambas filhas do português Antonio da Rocha Gama, natural da Torre do Moncorvo de Trás-os-Montes, casado com Isabel Maria. Um ano depois, ao batizar o filho Francisco, “branco”, o coronel Antonio da Silva e

Souza escolhera para padrinhos não patrícios lusitanos ou seus descendentes, mas, uma autoridade eclesiástica, o padre Francisco de Brito Guerra, vigário colado e pároco da freguesia, que, anos depois, exerceria o cargo político de Senador do Império. As redes do compadrio, assim, tanto se estendiam em direção a portugueses domiciliados na freguesia quanto a autoridades político-religiosas influentes na região.

A prioridade dada à união daqueles provindos do além-mar com gente descendente de seus compatriotas, pelo instrumento do casamento, também foi constante nos matrimônios de portugueses que encontramos no livro de assentos da freguesia que vai de 1788 a 1809. Nesses 21 anos, de 537 casamentos celebrados no território da Freguesia do Seridó, foram registrados apenas oito casamentos envolvendo elementos vindos do Reino, todos do sexo masculino – o que confirma a assertiva de Maria Beatriz Nizza da Silva, já citada, quando afirmou que a migração lusa era predominantemente de homens, muitos dos quais deixavam suas esposas em Portugal, não voltando a ter com elas após conhecerem o Novo Mundo. O casamento era determinado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que fixavam o ordenamento jurídico do Cristianismo nas possessões lusitanas na América, vigorando até o ano de 1917 – quando da publicação do Código de Direito Canônico. Elas têm suas raízes no Concílio de Trento (1545-1563), o qual determinou a formalização da prática dos registros de batizados, comunhões, crismas, casamentos, mortes ou enterros em livros separados e ainda a supervalorização da família institucionalmente constituída através do casamento em detrimento de conversações ilícitas, adultérios, concubinatos, amasiamentos e “demais formas de convivência sexual e conjugal que não o sagrado matrimônio”³⁵.

Dos oito casamentos mencionados, conseguimos identificar a origem de cinco das nubentes³⁶. Quatro delas eram filhas de portugueses que anteriormente já haviam estabelecido suas fazendas de gado nos lugares Sabugi, Lajes, Caicó e Conceição, respectivamente, Manuel Gonçalves de Melo, Domingos Alves dos Santos, Manuel de Souza Forte e Antonio de Azevêdo Maia. Uma outra era filha do coronel Caetano Dantas Corrêa, da fazenda dos Picos de Cima, na Ribeira do Acauã, este, filho do português José Dantas Corrêa e de Isabel da Rocha Meirelles (esta, fruto do relacionamento de um outro português, Manuel Vaz Varejão, com uma índia da Paraíba, da qual a tradição não nos legou o nome). Quanto aos noivos, cinco deles eram procedentes de freguesias do norte de Portugal, dois das ilhas atlânticas e um de Lisboa, dado que reforça a predominância de adventícios vindos da porção nortenha do Reino para o sertão do Rio Grande.

Um exemplo que certamente repetiu-se em outros espaços e épocas é o dos Gonçalves de Melo. História que se inicia, até onde os registros permitem-nos inferir, em Santa Maria de Água Santa, no Bispado do Porto, onde morava o casal Antonio Gonçalves de Melo e Ana Josefa do Nascimento. Dois filhos emigraram para a colônia. O primeiro, Manuel Gonçalves de Melo, que chegou a ocupar o posto de sargento-mor da Ribeira do Seridó e que casou com Joana Maria dos Santos, edificando fazenda de criação de gado na Ribeira do Sabugi, onde mantinha oratório particular. O segundo, Rodrigo Gonçalves de Melo, que casou em 1807, no oratório da fazenda do irmão, com dona Maria Bernarda da Apresentação. Joana Maria da Conceição, filha do sargento-mor Manuel Gonçalves de Melo, contraiu matrimônio com um português natural da Freguesia de Vilar da Veiga, do Arcebispado de Braga, Joaquim Barbosa de Carvalho, filho de João de Carvalho e de Rosa Barbosa – união donde provieram Francisca e Joana, nascidas em 1803 e 1806, respectivamente. Os assentos de casamento e de batizado, dessa maneira, nos permitem reconstituir uma genealogia que inicia no longínquo Portugal e prossegue com suas ramificações num dos rincões da América lusitana, a Freguesia do Seridó.

Por fim, sondando os 979 registros de enterros dessa freguesia, no livro cujo recorte temporal vai de 1788 a 1811, foram recolhidos dados sobre as exéquias de apenas três portugueses: 1) o celibatário Manuel Fernandes Jorge, enterrado com honrarias em 1789 na Matriz de Santa Ana do Seridó, por ter sido benfeitor da mesma. Nascido em aproximadamente 1691, era parente de Petronila Fernandes Jorge – que desconfiamos ser uma das primeiras mulheres lusitanas a aportar na Ribeira do Seridó –, que casou com o também português Manuel de Souza Forte; 2) Antonio Carneiro da Silva, natural de Lisboa (nasceu, provavelmente, em 1697) e que era casado, na freguesia, com Domingas Mendes da Cruz; 3) João Gualberto Rosa, nascido em Lisboa em cerca de 1719, “branco” conforme o seu assento, capitão e viúvo de Andreza Maria, já falecida na época de sua morte, em 1799. Acreditamos que, por tratar-se de livro dedicado ao último registro da vida dos fregueses, o assento não necessariamente precisasse conter informações sobre a origem do defunto. Podemos aventar a hipótese, também, de que para os sacerdotes – responsáveis por anotar os dados das defunções nos livros – não fosse necessária a informação exata acerca da procedência do morto, desde que fosse cristão e tivesse sido sepultado com os sacramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do território da Freguesia do Seridó deu-se a partir dos últimos anos do século XVII, avançando pelos anos de 1700, época em que a pastorícia começou a exercer uma posição social e cultural na América Portuguesa, consolidando a obra da conquista³⁷. O surgimento das freguesias no século XVIII, por conseguinte, acompanhava o ritmo do povoamento e o território, possuindo, aquelas, “uma forte homogeneidade econômica e social”³⁸. Assim, a instalação de um cruzeiro no dia de Santa Ana de 1748, na Povoação do Caicó, significava mais que a delimitação de um território da cristandade: era a própria reafirmação de posse da terra pela Coroa portuguesa, amalgamada com a Igreja Católica pelos liames do Padroado régio.

Explorando a historiografia regional que se ocupou de estudar as genealogias formadoras do povo que habitava nessa freguesia, percebemos que suas obras exprimem uma sobrevalorização das famílias brancas e com elementos portugueses em sua constituição em detrimento de outros grupos sociais. Lendo *Famílias Seridoenses* (1940) e *Velhas famílias do Seridó* (1981), de José Augusto e Olavo de Medeiros Filho, respectivamente, a impressão que nos fica, de maneira geral, é a de um território colonizado prioritariamente por brancos, de origem portuguesa, que construíram suas vivências e sua prole nas ribeiras situadas na porção centro-sul do Rio Grande do Norte. Índios, negros, pardos e mestiços, portanto, não encontram o mesmo lugar que brancos e/ou seus descendentes nessas obras – que encenam uma maneira *ocidentalizante* de produzir o conhecimento histórico, em que os atores europeus e/ou sua posteridade são alçados ao patamar de “patriarcas” e mesmo “fundadores” de empreendimentos pastoris que tornar-se-iam, no futuro, sedes das municipalidades da região do Seridó norte-rio-grandense. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações* (1999), de Sinval Costa, ainda que se detenha sobre a descendência da família Alves dos Santos – originada do português Domingos Alves dos Santos –, nos apresenta cenários genealógicos outros para a compreensão das relações sociais e familiares na Freguesia do Seridó, sobretudo, nos tempos coloniais. Cenários esses onde negros, índios, pardos e mestiços, tanto quanto os portugueses e luso-brasílicos – constituíram famílias, trabalharam na faina pastoril ou no eito das roças de subsistência, de mandioca e de milho, além de terem seus ritos de passagem inscritos no rol de assentos dos fregueses de Santa Ana.

O contato com essa obra induziu-nos a explorar os documentos paroquiais da Freguesia do Seridó, que, analisados sob a perspectiva metodológica da demografia histórica, tomando como amostra os livros de batizado (1803-1806), casamento (1788-1809) e enterro (1788-1811) mais antigos e disponíveis no acervo, permitiram-nos aduzir

que a composição demográfica da freguesia era muito mais *mestiça* do que a historiografia regional expusera em suas obras: brancos (portugueses e luso-brasílicos), negros (africanos de várias nações/procedências e crioulos, escravos e forros), pardos (escravos e forros), índios e mestiços nasceram, casaram, morreram e tiveram suas vivências cruzadas no território banhado pelo rio Seridó e afluentes no período em apreço. A quantidade de população expressamente declarada como originária do Reino – ou descendente dessa – encontrada nos registros paroquiais foi muito pequena, em relação à imagem que os historiadores regionais haviam asseverado em suas obras: a de uma primazia demográfica de portugueses na formação genealógica da Freguesia do Seridó.

Vejamos que, dentre pouco mais de dois mil assentos fichados, para o período de quase meio século (1788-1811), encontramos apenas 20 colonos com origem reinol declarada nos registros. Evidentemente estamos lidando com um período que se propaga quarenta anos após o que Olavo de Medeiros Filho demarcou como sendo o marco da instalação de famílias na Ribeira do Seridó, a década de 1720 – quando, certamente, a corrida em busca de terras para a criação de gado seria mais propícia, tendo em vista grande parte dos campos estarem *livres* após os sangrentos conflitos das Guerras dos Bárbaros. Também não podemos esquecer que a análise está sendo feita sobre os registros da Igreja Católica, ou seja, outras esferas político-administrativas (civil, judiciária, militar), que também produziam documentação, não estão sendo aqui contempladas³⁹. Esses dados, todavia, apontam para uma presença reduzida de portugueses na constituição das famílias da Freguesia do Seridó, que eram originários, em sua maioria, de freguesias do norte de Portugal, das ilhas atlânticas e de Lisboa. Essa última, segundo Charles Boxer, configurou-se como o espaço de proveio, durante todo o período colonial, a maioria dos emigrantes lusitanos – 2.400 pessoas por ano, sendo prioritariamente homens válidos, jovens e solteiros – para o Novo Mundo, embarcados voluntariamente ou, às vezes, forçados. As duas outras regiões – a nortenha e a insular –, por sua vez, emergiam como áreas de alta taxa de emigração, como anteriormente assinalado⁴⁰.

Os portugueses radicados no Seridó, pois, desenraizados de sua terra-mãe, reconstruíram seu mundo no além-mar, em uma freguesia situada na aridez do sertão do Rio Grande do Norte, cenário onde conviveram com índios remanescentes das guerras de conquista, pretos e pardos (forros e escravos) e mestiços, sendo partícipes da vida política, social e religiosa da região.

Notas

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático História, territórios: interfaces, dentro das atividades do V Encontro Estadual de História – Conhecimento histórico e diálogo social, realizado em Caicó, na UFRN-CERES, de 21 a 24 de agosto de 2012.

² Estamos tomando o conceito de *aculturação* com base na problematização de WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir) *História: novos problemas*. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 113-29.

³ Os números do processo depopulativo na América são assustadores, embora as cifras exatas ainda sejam controversas. Manuela Carneiro da Cunha, citando Sapper (1924), Kroeber (1939), Rosenblat (1954), Steward (1949), Borah (1964), Dobyns (1966), Chaunu (1969) e Denevan (1976), atribui à faixa de 1 a 11 milhões a população apenas das terras baixas da atual América do Sul, enquanto que para toda a vastidão do continente os números iriam de 8 a 100 milhões de habitantes (CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 14).

⁴ Octavio Ianni, em *A era do globalismo*, ao tratar desse processo de difusão planetária desde a época das navegações ultramarinas dos séculos XV-XVI, denomina de *transculturização* o fato de a globalização ser, concomitantemente, um processo de *ocidentalização do mundo* e de *orientalização*. Sustenta, por conseguinte, que a propagação das culturas em nível global não se dá verticalmente, tomando como ponto de partida apenas o Ocidente, mas, propiciando que elementos de culturas africanas, indo-americanas e afro-americanas circulem pelo mundo (apud GROppo, Luís Antonio. *Transculturização e novas utopias*. *LuaNova*, n. 64, p. 63, 2005). Essa posição de entendimento da formação das culturas do Novo Mundo a partir da mescla de elementos orientalizantes e ocidentalizantes pode ser vista em trechos da obra de Gilberto Freyre (sobretudo *Casa-Grande & Senzala*). Ao considerar a Península Ibérica ponto de transição entre Oriente e Ocidente, Gilberto Freyre assegurou que muitos dos hábitos e costumes em voga no Período Colonial seriam heranças, sobretudo, dos muçulmanos e dos árabes (BASTOS, Elide Rugai. *Brasil: um outro Ocidente? Ciência & Trópico*, Recife, v. 29, n. 1, p. 33-60, jan./jun. 2001).

⁵ O conceito e a problemática da ocidentalização estão sendo tomados, aqui, de GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 63-110.

⁶ Antes de Serge Gruzinski problematizar os reflexos da ocidentalização e da mestiçagem cultural fruto desse amplo processo, a temática dos intercursos culturais entre povos de diferentes origens, no Brasil, já encontrara refúgio na obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Referimo-nos a *Caminhos e Fronteiras* (publicado em 1957), onde o autor discute a proposta de aculturação tanto dos indígenas quanto dos portugueses. Essa atitude de aculturação do europeu ocasionou-se, segundo o autor, devido ao meio hostil e inseguro que fez com que os *marinheiros* (como eram chamadas as pessoas que vinham do Velho Mundo pelo mar) renunciassem a uma vida nobiliárquica e sedentária, assimilando os usos e costumes indígenas para sobreviver – o que acarretava um novo estilo de vida, mestiço, parte europeu, parte nativo. Para um aprofundamento desse assunto, consultar HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ Estamos tratando como *resistência*, neste ponto, as diversas formas de oposição do nativo ao empreendimento colonial, desde as resistências mudas ou sub-reptícias até as que tomaram o confronto armado como meio de resolução de suas queixas contra o europeu. Exemplos dessas resistências podem ser vistos em TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, quando analisa as reações e adaptações das sociedades indígenas da América frente aos conquistadores, bem como em BRUIT, Héctor H. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: KOSSOVITCH, E. A. (org.). *Cadernos CEDES: a conquista da América*. São Paulo: Papyrus, 1993. p. 15-32.

⁸ PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuítas na Capitania do Rio Grande* (séculos XVI-XVIII): Arcaicos e Modernos. 2000. 271p. Tese (Doutorado em História). Universidad de Salamanca. Salamanca. p. 15-6. Ao problematizar a relação entre arcaísmo e modernidade/tradição e inovação nos documentos produzidos pelos inacianos a respeito da Capitania do Rio Grande, a autora afirma que, no geral, esse território passou por dois momentos para ser integrado na ordem ocidental: um representado pela conquista do litoral e outro pela dos interiores. Partindo desse raciocínio, acreditamos que essa *conquista dos interiores* pode ser dividida em dois instantes, um representado pela *experiência* dos holandeses com os nativos, como se o sertão fosse um *laboratório* do processo de ocidentalização, e outro que se configura como a implantação do Ocidente, também no sertão, situada historicamente no período da Restauração Portuguesa e assinalada com a construção, paulatina, de diferentes níveis da administração lusitana.

⁹ Entendemos como *historiografia clássica potiguar*, na veia de Denise Monteiro Takeya, os primeiros estudos realizados sobre o Rio Grande do Norte em visão totalizante, com a tentativa de abarcar todos os acontecimentos que se deram nesse território desde a ocupação colonial até a data de publicação das obras. Como primeiros testemunhos dessa historiografia assinalamos as obras de Manuel Ferreira Nobre, Vicente de Lemos e Augusto Tavares de Lira. Segue-se a produção de uma história-síntese do estado, bem

ao gosto da historiografia emanada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de suas filiais nas unidades da federação, novamente com Augusto Tavares de Lira e crescendo-se de Rocha Pombo e Luís da Câmara Cascudo (TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional. *Caderno de História – UFRN*, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez 1994, Natal).

¹⁰ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 67-8.

¹¹ *Historiografia regional* está sendo tomada, aqui, como o conjunto das obras publicadas na região do Seridó e que versam sobre temas de sua história e sua cultura, não necessariamente tendo origem acadêmica.

¹² DANTAS, Manoel. *Homens d'outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941 (Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense, IV). p. 5.

¹³ Idem, p. 6.

¹⁴ Exceção seja feita para uma breve alusão ao “preto” Feliciano José da Rocha, que migrou para o Seridó, onde conseguiu carta de liberdade e constituiu família, tendo adquirido fazenda de gado (Idem, p. 25-30).

¹⁵ AUGUSTO, José. *Famílias Seridoenses*. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002. p. 29; 17; 50.

¹⁶ MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 125p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. p. 31.

¹⁷ AUGUSTO, José. *A região do Seridó*. Natal: Edições Cactus, 1961. p. 20.

¹⁸ DANTAS, José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1962. p. 10.

¹⁹ SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari: fundação, história e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974. p. 18.

²⁰ Idem, p. 20.

²¹ Pedro Ferreira das Neves, da fazenda da Cacimba da Velha, na Ribeira do Quipauá; Tomaz de Araújo Pereira, da fazenda São Pedro dos Picos de Baixo; Alexandre Rodrigues da Cruz, da fazenda da Acauã; Antonio Garcia de Sá, da fazenda do Quimporó; Domingos Alves dos Santos, da fazenda das Lajes; Antonio de Azevêdo Maia, da fazenda da Conceição; e Antonio da Rocha Gama, da Vila do Príncipe.

²² Cipriano Lopes Galvão, pernambucano, da fazenda Totoró e Manoel Pereira Monteiro, descendente de baianos, da fazenda da Serra Negra.

²³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981. p. 4.

²⁴ Segundo Olavo de Medeiros Filho, considerando as informações fornecidas pela tradição oral, a Freguesia do Seridó teria sido colonizada, também, por cristãos-novos imiscuídos dentre os conquistadores vindos do Reino. Dentre estes, a tradição apontaria como sendo pertencentes à *gente da nação* as pessoas de Daniel Gomes de Alarcón, Maria Francisca de Oliveira, Manuel Hipólito do Sacramento, Manuel da Costa Vieira, Antonio Fernandes Pimenta e Joana Filgueira de Jesus (Idem, p. 5).

²⁵ COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações*. Recife: ed. do autor, 1999.

²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. História demográfica. In: _____. *Os métodos da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 41-63.

²⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 151.

²⁸ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do Seridó sobre as caboclas-brabas. *Vivência*, n. 28, 2005, p. 145-57, Natal.

²⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*, p. 4.

³⁰ BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, s/d. p. 66-8.

³¹ Partimos da problematização feita acerca dos pequenos ritos cotidianos do nascer, casar e morrer e de sua presença na vida colonial de acordo com PRIORE, Mary del. Ritos da Vida Privada. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.

³² Segundo Mary del Priore, “A Igreja recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo de crianças livres ou escravos era ministrado por párocos ou capelães, sem delongas, para garantir aos inocentes que morressem a chance de ir direto ao Céu sem passar pelo Purgatório” (Idem, p. 311).

³³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p. 304.

³⁴ Ver, a respeito do tema, MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande*. 2007. 309p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. p. 209-68.

³⁵ PRIORE, Mary Lucy Murray del. Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 71, nov. 1994, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

³⁶ Não conseguimos identificar a origem das três outras noivas. Uma delas era viúva (daí o cura ter omitido nome do falecido esposo e mesmo dos pais) e outras duas não possuíam filiação aposta ao registro.

³⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, vol. 34, Lisboa/Paris, dez.1995. p. 5

³⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995, p. 4, Rio de Janeiro.

³⁹ Custa-nos, em trabalho posterior, cruzar as informações produzidas no âmbito da freguesia com as que foram armazenadas pelo aparelho judiciário da Comarca de Caicó (inventários *post-mortem*, ações cíveis, processos criminais e, dentre outros, testamentos) para adensar a investigação.

⁴⁰ BOXER, Charles. *O Império marítimo português: 1415-1825*, p. 66-8.